

**AMMAIA (S. SALVADOR DE ARAMENHA, MARVÃO,  
PORTUGAL) NO ÂMBITO DOS INTERCÂMBIOS DE BENS E  
DE GENTES COM O NORTE PENINSULAR DURANTE O  
ALTO-IMPÉRIO**

*AMMAIA (S. SALVADOR DE ARAMENHA, MARVÃO, PORTUGAL)  
IN THE FIELD OF TRADE OF GOODS AND PEOPLE IN THE NORTH  
OF SPAIN DURING THE HIGH EMPIRE*

José Carlos Quaresma

Bolseiro de pós-doutoramento (Fundação para a Ciência e a Tecnologia)  
Investigador (CIDEHUS-Universidade de Évora / UNIARQ-Universidade de Lisboa)

**Resumen**

*En el presente artículo se recogen diferentes elementos relacionados con los intercambios de bienes y de personas a lo largo del Alto Imperio en la Antigua Amaia. Se efectúa una revisión bibliográfica, tomando como eje de estudio la cerámica romana y la Epigrafía para establecer las conexiones de este emplazamiento con el territorio peninsular.*

**Palabras Clave:** *Ammaia, Terra Sigillata, paredes finas, lucernas, Epigrafía, comercio.*

**Summary**

*In the present paper are gathered different elements related to the exchanges of goods and persons along the High Empire at the former Ammaia. A bibliographical review is performed, taking as the axis of study Roman pottery and Epigraphy, to establish such connections with the mainland Spain and Portugal.*

**Keywords:** *Ammaia, Samian ware, Thin-walled wares, oil lamp, Epigraphy, Trade.*

## Introdução

Escrever sobre as relações da *Ammaia* com o território peninsular, em particular com o Norte da *Lusitania*, mas sobretudo com *Clunia*, não é tarefa nova, pois, do ponto de vista epigráfico, foi abundantemente tratada nos últimos 25 anos.

Primeiro por J. d'Encarnação (1984), que publica o *corpus* epigráfico conhecido à data, ao qual se seguiu A. Guerra, em cuja tradução da *História Natural* de Plínio, se tecem vários comentários sobre a *Ammaia* (Guerra, 1995), com sequência, um ano depois, mais centrada nesta questão (Guerra, 1996). Nessa mesma década de 1990, E. Haley (1991) elenca esta cidade no tratamento estatístico das migrações hispânicas. Posteriormente, uma série de artigos de V. Mantas, que se reportam também ao urbanismo e à génese da cidade, bem como à sua formulação jurídica e base social, foram a última fase de abordagem eminentemente epigráfica desta cidade (Mantas, 2000, 2002 e 2010).

No que toca à temática do nosso artigo, o texto de J. Edmondson (2004) é particularmente importante, pois quantifica os emigrantes em *Augusta Emerita* e visualiza as relações desta área com a *Lusitania* interior setentrional.

Do ponto de vista cerâmico, em particular, lucernas e paredes finas, as relações da área extremenha com os acampamentos do Norte, através da “via da prata”, foram já abordadas por Morillo Cerdán (2000) e por Rodríguez Martín (2006), com um outro trabalho muito importante para a compreensão deste fluxo de gente, da autoria de Gómez-Pantoja (1999), de enfoque na relação *Capera-Clunia*.

Do ponto de vista arqueológico, a cidade da *Ammaia* teve anteriormente um estudo sobre a *terra sigillata*, com amostragem parcial de dois sectores da cidade (Porta Sul e Casa do Deão), bem como uma apresentação dos principais dados estratigráficos das escavações das décadas de 1990 e 2000, da autoria de S. Pereira.

O nosso artigo vem assim no decorrer de um conjunto vasto de trabalhos que podem confluir numa compreensão mais cabal da dinâmica económica da *Ammaia*, já que possuímos agora uma quantificação completa das importações de *terra sigillata*, paredes finas e lucernas do sector Porta Sul, onde se demonstra uma forte relação com as produções emeritenses das duas últimas tipologias.

Com o trabalho recentemente publicado por M. Bustamante (2010), sobre a estratigrafia e a *terra sigillata* hispânica do subúrbio norte de *Augusta Emerita* (ao qual devemos juntar a síntese referida de Rodríguez Martín, 2006, pois integra a evolução do comércio de cerâmicas finas - lucernas e paredes finas - no desenvolvimento urbano), possuímos agora bons elementos geo-económicos comparativos entre as duas cidades, que distam cerca de 100km entre si.

Este artigo é também uma parte da nossa abordagem, mais extensamente desenvolvida, sobre as importações de cerâmica fina do sector Porta Sul de *Ammaia*, que iremos publicar em 2011, e na qual a componente cerâmica é mais detalhadamente

analisada. No presente artigo abordamos igualmente apenas a importações alto-imperiais e as relações geo-económicas e sociais que a epigrafia e a cerâmica nos revelam nesse período.

## 1. A problemática da cronologia inicial da *Ammaia*

### 1.1. Paredes finas, lucernas e *terra sigillata*

O conjunto de importações de paredes finas e lucernas alto-imperiais é demonstrador de uma relação comercial intensa da *Ammaia* com a capital provincial, cujas paredes finas representam 87,23% dos indivíduos, e cujas lucernas representam 67,21%. A elas seguem-se conjuntos tipológicos mais restritos, em variedade e quantidade, béticos e hispânicos, no que toca aos vasos para beber, e conjuntos béticos, gaditanos, hispânicos indeterminados e africanos, do lado das lucernas.

As paredes finas importadas de *Augusta Emerita* são lideradas pela Mayet 37, com outros bons exemplares de Mayet 38 e 43, seguidos ao longe pelos tipos Mayet 39, 41, 42 e 43.

Nas lucernas emeritenses, são as de volutas (Dressel 11-14) e de disco<sup>1</sup> que dominam, e o comércio bético é substituído pelo africano ao longo do século II, embora toda a pujança das importações se perca nesta centúria.

A cronologia de século I, essencialmente tibério-cláudia, das paredes finas béticas e emeritenses (Mayet, 1975), é comum à das lucernas destas regiões, que se prolongam contudo pelo século II, nas lucernas de disco (até mesmo inícios do século III: Celis Betriu, 2005: 424; Pereira, 2008: 46) e no tipo de volutas degeneradas CV3, da segunda metade do século II (Casa i Genover; Soler i Fuste, 2006: 36 e n.ºs E691 a 694).

Ao nível cronológico, Rodríguez Martín (1996, p.52) aponta para uma cronologia geral do centro emeritense de paredes finas, lucernas e *terra sigillata*, na segunda metade do século I, com recuo às décadas tibério-cláudias, embora tenha um *floruit* em Cláudio-Nero e termine em Vespasiano. Esta cronologia do contexto produtivo possui no entanto outros aditamentos dados por centros de consumo próximos, como a *villa* extremeña de Torre Águila (Barbaño, Badajoz), onde a cronologia das importações emeritenses de paredes finas chega aos inícios do século II, e as importações de lucernas emeritenses poderá prolongar-se pelo século II (Rodríguez Martín, 2005: 104-111). Mínguez Morales (2005: 355), restringe a sua cronologia a um segmento temporal entre Cláudio e finais do século I.

Os fabricos descritos por Rodríguez Martín (2002: 209; 2006: 196-197) para as produções emeritenses situam contudo o espólio de *Ammaia grosso modo* entre 50 e 150

1 Provavelmente dominadas pela Dressel 20, embora tenhamos optado pela não distinguir qualquer tipo, pois a pequenez dos fragmentos tornava-o imprudente.

d.C.. Após esta data, os fabricos adquirem tonalidades mais avermelhadas e pastas de menor qualidade, cada vez mais próximas da cerâmica comum, pelo que os atributos tecnológicos são assim um excelente indicador da cronologia geral de importação da *Ammaia*, onde se encontra o oleiro *Gabinia*, produtor desta fase, e não o oleiro GES, que trabalha a partir de meados do século II.

O estudo integral das importações de *terra sigillata* do sector Porta Sul permitiu afinar uma série de conclusões que já haviam sido adiantadas pelo trabalho, com base

Origem	Tipo	Exs.	NMI	Total NMI	% NMI
<b>Augusta Emerita</b>	M37	20	18	41	87,23
	M37A	1	1		
	M38	9	5		
	M38B	2	2		
	M39	2	1		
	M40 ou M42	1	1		
	M41	1	1		
	M42	1	1		
	M43	14	11		
<b>Baetica</b>	M36	1	1	3	6,38
	M38B	1	1		
	M53?	1	1		
<b>Hispania</b>	M37	2	2	3	6,38
	M38B?	1	1		
<b>Total</b>		<b>57</b>	<b>47</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

Figura 1.- Tipos de paredes finas en *Ammaia* (Porta sul).

Séculos I-II e III/IV d.C.					
Origem	Tipo	Exs.	NMI	Total NMI	% NMI
<b>Augusta Emerita</b>	Dr.9C	1	1	41	67,21
	Volutas	23	19		
	Disco	20	20		
	Den.5G	1	1		
<b>Augusta Emerita?</b>	Disco	1	1	1	1,63
<b>Baetica</b>	Volutas	1	1	2	3,27
	CV3	1	1		
<b>Cádiz</b>	Volutas	3	3	8	13,11
	Disco	8	5		
<b>Hispania?</b>	Volutas	1	1	2	3,27
	Dr.16	1	1		
<b>Africa</b>	Disco	1	1	3	4,91
	Den.7B	1	1		
	Dr.30	1	1		
<b>Ind.</b>	Volutas	1	1	4	6,55
	Disco	3	3		
<b>Total</b>		<b>68</b>	<b>61</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

Figura 2.- Tipos de lucernas finas en *Ammaia* (Porta sul).

numa amostragem, de V. Pereira (2006), não só para o Alto como para o Baixo-Império.

O quadro completo mostra-nos uma *sigillata* itálica com fraca presença (4% de NMI), denunciando um estado ainda embrionário da economia ammaiese, nas épocas de Augusto e Tibério: os tipos *Consp.Ritt.9*, *Consp. 15* e *22* atestam essas cronologias, mas a sua quantidade é ainda muito pequena. Este comércio itálico foi dominado, já em meados do século I d.C., pela *Consp.20*, e muito particularmente pela *Consp.20.4* (Ettlinger *et al.*, 1990-2002: 78, 84, 86 e 90).

Os meados do século I d.C. são de facto o começo do florescimento da *Ammaia*, quando se importa também boas quantidades de *sigillata* sudgálica, toda ela de La Graufesenque, num total de 29,41% dos indivíduos.

O repertório formal sudgálico é mais extenso, com predomínio dos binómios Drag.15/17-24/25 e 18-27. Algumas formas tendencialmente mais antigas poderão pertencer já às décadas em torno de meados do século I – Ritt.1 e Drag.22 e Ritt.8b (Passelac; Vernhet, 1993; Quaresma, 2009: 21-50).

O início destas importações massivas no terceiro quartel da centúria é reforçado pelos quantitativos de Drag.27b e 27c, mas sobretudo, pela quase ausência de Drag.29, claramente inferior à sucessora nero-vespasiãna, a Drag.37.

A intensificação das importações na época nero-flávia faz com que a Drag.35, mas sobretudo a Drag.36, tenham sido adquiridas em quantidades bem acima do usual nos sítios de consumo peninsulares (Quaresma, 2009: 28-28). Relembremos que são formas escassas no naufrágio catalão de Cala Culip IV (78-82 d.C.: Nieto; Puig, 2001), mas estão bem representadas nos níveis domicianos do *forum* de Ampúrias, mas já não nos da primeira metade do século II (Aquilué *et al.*, 2005), época em que é a segunda forma mais importante em St.-Bézard, na *Gallia* (Aspiran, Hérault: Genty; Mauné, 2006).

Provavelmente já em finais do terceiro quartel do século I ou mesmo já em época flávia ter-se-á iniciado um comércio profícuo com os centros hispânicos, dominados claramente por La Rioja (45,93% do NMI) e com os centros béticos em fraca quantidade: Andújar é ainda expressivo (6,83%), mas Granada é esporádico (0,7%). *Augusta Emerita*, que tantos vasos de paredes finas e lucernas exportou para a *Ammaia*, apenas forneceu 1 exemplar (0,11% do NMI). Não é nossa intenção debater aqui as complexas cronologias de início e fim deste ciclo de produção e venda massiva de *terra sigillata* hispânica alto-imperial, tanto do Ebro como da *Baetica*, mas tanto a estratigrafia de *Augusta Emerita* (Bustamante, 2010), como a de diversos sítios peninsulares tornam claro que é a partir de Vespasiano que este comércio se torna visível nas estratigrafias disponíveis e parece decorrer até à primeira metade do século II, sendo fraco depois de meados da centúria<sup>2</sup>.

2 Para esta questão, ver uma abordagem mais ampla e documentada em Quaresma, 2009, p.413-414, sobre os contextos peninsulares disponíveis, e Bustamante, 2010, para um enfoque cumulativo em *Augusta Emerita*.

Produção	Frag.		Exs.		NMI		
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
TSI	104	5,81	34	3,2	34	4	
TSSG	520	20,09	301	28,5	248	29,21	
TSH	La Rioja	702	39,28	504	47,7	390	45,93
	Andújar	142	7,94	81	7,67	58	6,83
	Granada	6	0,33	6	0,56	6	0,7
	Augusta Emerita	1	0,05	1	0,09	1	0,11
TSHT	Ebro	2	0,1	2	0,18	2	0,22
	Douro	150	8,39	61	5,78	48	5,65
TSAf A	21	1,17	2	0,18	2	0,22	
TSAf C	66	3,69	23	2,18	22	2,59	
TSAf D1	73	4,08	40	3,79	38	4,47	
<b>Total</b>	<b>1787</b>	<b>100</b>	<b>1055</b>	<b>100</b>	<b>849</b>	<b>100</b>	

Figura 3.- Totais da *terra sigillata* em *Ammaia* (Porta sul).

## 1.2. A estratigrafia disponível e as propostas publicadas

Importante para a compreensão do sector Porta Sul e para a monumentalização da *Ammaia* é a estratigrafia do interior da torre este, ambiente em que encontrámos um registo por camadas e não apenas por cotas altimétricas.

Se as 3 camadas superiores revelam muitas contaminações, conjugando materiais do alto e do baixo-império, já o nível 4, descrito como uma camada “sob o piso de argamassa (Z=528,94m)”, contém assim alguma selagem e relativa segurança quanto a contaminações e é o único onde não surgem produções de *terra sigillata* do Baixo-Império, misturadas com do Alto-Império.

Neste nível 4 constata-se um conjunto coerente de *terra sigillata* hispânica, sudgálica e de paredes finas emeritenses.

Possui 9 exemplares classificáveis de *terra sigillata* sudgálica, 18 de La Rioja e 1 de Andújar. Tem em nosso entender uma cronologia flávia plausível, quando se produz uma litoralização do comércio de La Graufesenque (Quaresma, 2009: 413, fig.165 e anexo 2, tabela 46). Esta tese por nós apresentada em 2009 baseia-se nos contextos do último quartel do século I de Chãos Salgados (*Mirobriga?*), junto à costa, que possuem 40% de sudgálica, contra 60% de hispânica (dominada por La Rioja), e nos da Ilha do Pessegueiro onde a estatística é inversa (Silva; Soares, 1993), tal como acontece em Monte Molião-Lagos, cujos níveis de transição do século I para o II são dominados pela sudgálica (Arruda *et al.*, 2008).

Na *Ammaia*, cidade do mundo interior, este domínio hispânico (La Rioja) intensifica-se e parece ser hegemónico em *Augusta Emerita*. Na capital, na estratigrafia do subúrbio norte, a *terra sigillata* sudgálica, que não atingiu proporções elevadas, está

associada a U.E.s júlio-cláudias, onde é hegemónica, mas também a várias U.E.s vespasianas/domicianas. Nesta época, apesar de nalgumas permanecer um domínio sudgálico, noutra dá-se um equilíbrio, mas na maioria o domínio é hispânico. As importações sudgálicas são já poucas nas U.E.s de 90-100 d.C., e extinguem-se nos inícios de Trajano ((Macarena, 2010: 153 e ss.).

Esta cronologia da fundação da torre este é semelhante à da torre oeste (Pereira, 2002: 103-106), onde dois tesouros monetários, um dos quais sob o nível de circulação, terão sido depositados em Trajano.

É possível que as duas torres tenham sido construídas em épocas sucessivas, resultando numa torre este flávia, e uma torre oeste trajana.

Camada	Tipologia	Origem	Tipo	Exs.
4	TS	TSSG	D15/17	2
			D27c	4
			D36	1
			D37a	1
			R8	1
			Ind.	5
		TSH-LR	D15/17	9
			D18	1
			D27	4
			D30	2
			D36	1
			D37a	1
		TSH-And.	Ind.	21
			D15/17	1
	PF	Augusta Emerita	Ind.	3
Ind.			2	

Figura 4.- Totais da cerâmica fina por camada no interior da torre este da *Anmaia* (Porta sul).

As teses existentes para a fundação da *Anmaia* apontam para uma acção augusta.

De um ponto de vista eminentemente arqueológico, S. Pereira (2005: 45; 2009: 61, 131) baseia-se no conjunto de *terra sigillata* itálica, num exemplar de republicano de lucerna e num conjunto de 14 denários - de provável deposição tardo-augusta, segundo o autor - que foi recolhido aquando da construção da estrada que atravessa a malha urbana ammaiense e se dirige para Espanha.

Não existem dados para uma promoção a *civitas* em época augusta ou tibéria, embora tal seja ainda equacionado por V. Mantas (2010: 177-178), que releva até as semelhanças dos *fora* de *Clunia* e de *Ebora* como da *Anmaia*, todos eles de modelo *forum-bloco*, modelo cristalizado na segunda metade do século I d.C.

Já existia contudo um povoado, possivelmente *oppidum*, em época augusta, como vimos pelo conjunto de *terra sigillata* itálica, mas também por um conjunto de pormenores construtivos como são os talhes em V de união de silhares, a par do arco da entrada, transladado para Portalegre, e de semelhanças evidentes com o de *Augusta Emerita*, conhecido pela numismática (Fernandes, 2001).

Neste sentido, a concessão do direito latino (formação da *civitas*), em Cláudio, é bastante verosímil, pois a *Ammaia* não é citada no role de *oppida* da História Natural de Plínio, na década de 70, e um conjunto de dados aponta para Cláudio. Assim, sabemos que 44-45 d.C. a *civitas* ammaiense homenageia o Imperador Cláudio (*IRCP* 615).

A. Guerra (1995: 139 e 1996) propõe, no seguimento de Alarcão, uma possível promoção municipal ainda em Cláudio ou Nero, pois neste último principado, Cornélio Macro, indivíduo que diz ter recebido do Divino Cláudio o direito de cidadania, é homenageado (*IRCP* 618).

Uma cronologia augusto-tibéria não tem, até ao momento, nenhuma base empírica, e V. Mantas reforça até essa improbabilidade fazendo uma analogia com *Aritium Vetus* (Casal da Várzea, Alvega), também no médio Tejo, povoado referido como *oppidum* em 37 d.C. (*IRCP* 647), o que leva supor que estas duas povoações possam ter sofrido uma progressão jurídica conjunta, sabendo que os cidadãos de *Ammaia* foram inscritos na tribo *Quirina* (Guerra, 1995: 139).

A proposta mais recentemente de V. Mantas (2000: 412) advoga a atribuição da municipalidade a Galba, imperador com fortes apoios peninsulares, em 68 d.C., era Otão governador da *Lusitania*, tomando em consideração que, neste principado, *Clunia* obtém o grau de *colonia* e justificando assim a vinda de clunienses para a *Ammaia*, onde conhecemos 4 indivíduos. Aliás, em *Aritium Vetus* (Casal da Várzea, Alvega) surge um outro cluniense, pelo que estas duas cidades lusitanas a Sul do Tejo, foram aquelas que receberam imigrantes daquela cidade, normalmente tida como exportadora de mão-de-obra mineira (Haley, 1991: 53).

Este quadro evolutivo jurídico é conjugável com o desenvolvimento exposto do consumo de cerâmicas finas. A uma *terra sigillata* itálica fraca, típico de cidades em início de vida ou em estado letárgico, como parece acontecer, por exemplo, com Chãos Salgados (*Mirobriga?*) (Quaresma, 2009: anexo 1, tabelas 7 e 23), durante a primeira metade do século I, segue-se um crescimento acelerado das importações que denunciam um novo poder de compra e a chegada de habitantes com a criação de um mercado mais amplo, consumidor agora, cumulativamente, e em grande quantidade, de lucernas e de paredes finas, sobretudo da vizinha capital provincial, para além de *terra sigillata*, agora eminentemente sudgálica.

Os meados deste século I assistem a um desenvolvimento regional que reforça esta imagem da *Ammaia* na esfera geo-económica de *Augusta Emerita*. À escassez de *terra sigillata* itálica na área rural extremenha (Cerrillo Martin de Caceres, 1984: 61), junta-se a



associação das paredes finas emeritenses à fundação de muitos estabelecimentos rurais. Segundo Rodríguez Martín (2006: 188), a *terra sigillata* itálica na região de Mérida representa apenas 0,1%; em *Augusta Emerita*, os tipos tardios *Consp.* 18 e 20 são dominantes, e um conjunto de formas lisas, liderado pela *Consp.* 12, e decoradas, recua a Augusto (Jerez Linde, 2005: 41), tal como na *Ammaia*.

Para além das semelhanças do devir comercial, o crescimento urbanístico de ambas as cidades é pertinente. Em *Augusta Emerita*, vários edifícios públicos importantes são augustos, mas, na verdade, é ao longo do século I que o urbanismo emeritense amadurece gradualmente, com a finalização do teatro em Cláudio e do anfiteatro em finais do século I / inícios do século II, embora o desenvolvimento urbanístico emeritense se consolide a partir de Tibério (Rodríguez Martín, 2006: 189), sendo por isso aparentemente mais antigo do que o amaiense, cujas cronologias urgja precisar, mas onde, relembremos, parece haver um *forum* da segunda metade da centúria e a construção das torres da porta sul, nos Flávios e em Trajano.

Mesmo ao nível cerâmico, *Augusta Emerita* antecipa-se com um consumo apreciável de hispânica precoce (Bustamante; Huguet Enguita, 2008: 298), inexistente no sector Porta Sul da *Ammaia* e talvez em toda a cidade, o que parece colocar a *Ammaia* fora do mapa dos principais centros de consumo de cerâmica fina até meados do século.

## 2. Os intercâmbios de bens e de gentes com o Norte peninsular durante o Alto-Império: um fenómeno sensível nas cerâmicas e na epigrafia

### 2.1. As cerâmicas

Temos então um enquadramento geo-económico de *Ammaia* na órbita de *Augusta Emerita*, capital provincial, mas também grande fornecedora de paredes finas e lucernas, e, muito provavelmente, redistribuidora de *terra sigillata* hispânica de La Rioja, na esteira da antiga proposta de F. Mayet (1990).

Sabemos que as vias de acesso a *Olisipo* terão sido importantes no escoamento destes produtos emeritenses, mas a escassez de estudos de fundo nos baixos vales do Tejo e do Sado dificultam esta análise. Em *Salacia*, sabemos que o oleiro GES, a partir de meados do século II, tem pelo menos um exemplar de Dr.30 (Cabral, 1974-77: n<sup>o</sup>7). Para *Scallabis*, a informação é muito mais consistente: aqui, as lucernas emeritenses perfazem 4,6% das importações desta tipologia, onde o total hispânico é de 44% (Pereira, 2008: 32 e 38).

Apesar da falta de dados e de ser impossível traçar um mapa de pontos com quantificações absolutas, é razoável admitir a importância desta via, como o faz Rodríguez Martín (2005: fig.11). Era provavelmente do porto de *Olisipo* que partiriam estes bens rumo à costa atlântica norte, pois, em *Bracara Augusta*, as paredes finas sudgálicas contam 17

exemplares, as itálicas 141, e as hispânicas 77. Nestas últimas, maioritariamente béticas, com alguma presença gaditana, *Augusta Emerita* domina, e os tipos mais representados são as Mayet 43 e 44. No que respeita às lucernas, este comércio parece no entanto restringir-se a cerca de 100 anos (c.50.-c.150 d.C.), pois em *Bracara* encontramos os oleiros *Gabinia* e *C. Oppi. Res.*, mas não o oleiro GES, presente em *Salacia* (Morais, 2005: 292-297, II: 549-550), pelo que *Olisipo* deve ter deixado de escoar por mar estes bens, em meados do século II.

Outro argumento para a importância de *Olisipo* no escoamento destes bens é facto de a via *Emerita-Viseu-Bracara* ter o seu marco miliário mais antigo em Adriano e um conjunto maioritário do último terço do século III e primeiro do século IV (Cepas Palanca, 1997: 68).

Uma segunda grande via de escoamento, entre c.50 e c.150 d.C., foi a chamada “via da prata”, a via IV *ab Emerita Asturicam*. Encontramos contudo nesta linha de dispersão interior algumas diferenças em relação à linha litoral atlântica.

Ao invés de *Bracara*, em León (sector do Polígono de la Palomera), as paredes finas itálicas e gálicas representam apenas c.5% cada; há c.30% de indetermináveis e a hegemonia é hispânica (c.60%). Nas importações peninsulares, a *Baetica* é maioritária e *Augusta Emerita* secundária. Na dispersão geral pela cidade de León, a produção emeritense varia entre 1 e 3%, valores contrastantes com os de *Bracara* (Martin Hernández, 2008: 124-128).

No segundo terço do século I d.C., em León e Astorga, as lucernas béticas são dominadas pelas derivadas de Dressel 3. Há lucernas de disco, mas a sua identificação como emeritenses não é segura, segundo Rodriguez Martin (2006: 199-202).

Este comércio decai em finais do século I (ou primeira metade do século II?), pois, tal como em *Bracara*, nos meados do século II, não ocorre o oleiro GES, ausência também notada, como vimos, na *Ammaia* e em *Bracara*, embora surja em *Salacia*. Este panorama aponta assim para um decréscimo acentuado deste comércio ao longo da primeira metade do século II, bem visível em c.150 d.C., quando a via até *Olisipo* funciona, mas já não escoar por mar.

Na esteira de Morillo Cerdán, Rodriguez Martin (2006: 202) pensa que o fluxo de cerâmicas finas pela “via da prata” estaria relacionado com o escoamento de azeite bético e sobretudo extremenho, com produção importante até c.150 d.C.. Nesta altura, vários estabelecimentos rurais, como Torre Águila (Barbaño, Badajoz), diminuem a produção oleícola, que é convertida, no século III, em vinícola.

Este comércio oleícola decorrente até à primeira metade do século II estaria reflectido numa presença reduzida de ânforas Dressel 20 nos acampamentos setentrionais, contemporâneo do comércio da lucerna derivada de Dressel 3.

Contudo, continua a ser difícil explicar cabalmente o comércio de paredes finas e lucernas, béticas e emeritenses, em Astorga e León. Morillo Cerdán (2000: 628) justifica este comércio oleícola como móbil do fluxo de bens neste âmbito terrestre. Contudo, esse

azeite seria transportado não em ânforas, mas em odres, contentor conhecido em âmbito annonário.

A “via da prata” escoou assim lucernas e paredes finas béticas e emeritenses a partir meados do século I, mas as paredes finas parecem ter-se isolado a partir de finais da época vespasiana-antonina, quando as lucernas deixam de chegar aos acampamentos do Norte.

Na Beira interior, a Oeste da “via da prata”, na Póvoa de Mileu (Guarda), estas tipologias estão também presentes. As paredes finas e lucernas, béticas e emeritenses, a par de alguma cerâmica comum do Guadalquivir, provam um fluxo paralelo à “via da prata”, onde as ânforas béticas são inexistentes, tal como acontece nos sítios de vocação militar do Norte peninsular<sup>3</sup>.

## 2.2. As gentes

Para além de um comércio Sul-Norte de bens, fornecido pela Arqueologia, temos um movimento Norte-Sul de gentes migrantes, fornecido pela Epigrafia, que abrange o período de trocas de bens (c.50-c.150 d.C.), mas ultrapassa-o e prolonga-se até à primeira metade do século III, época já de estertor deste fenómeno, que era ainda florescente em todo o século II. Hipoteticamente poderá explicar a presença de lucernas de disco nas áreas setentrionais, cuja origem precisa covinha diagnosticar, como referimos *supra*.

Edmondson (2004) quantificou este fenómeno de emigração da Beira interior para *Augusta Emerita*, situado entre 50 e 250 d.C..

No seio dos *incolae* da capital lusitana observa-se uma forte presença de indivíduos da mesma província, que se tornam mesmo maioritários em meados do século II. O aspecto mais interessante da composição deste movimento migratório é o facto de diversos povos e cidades da Beira Interior fazerem desta região a principal origem geográfica, totalizando mesmo a escassa migração lusitana da primeira metade do século III.

Origem	25 a.C.-50 d.C.	50-100	100-150	150-200	200-250	Ind.	Total
<b>Lusitania</b>		6	7	11	2	2	28
<b>Total</b>	3	19	16	17	3	2	60
<b>Beira Interior+Ammaia</b> (quantitativos contabilizados no item Lusitania)		4	6	5	2		
<b>Etnia/localidade de origem</b>		<i>Interamnienses?</i> , <i>Norba</i> , <i>Lancienses</i> <i>Transudani</i> , <i>Tapori</i>	<i>Interamnienses</i> , <i>Aravi</i> (2), <i>Cobelci</i> , <i>Tapori</i> , <i>Ammaia</i>	<i>Interamnienses</i> (2), <i>Tapori</i> , <i>Lancienses</i> <i>Oppidani</i> , <i>Ammaia</i>	<i>Interamnienses</i> , <i>Aravi</i>		

Figura 5.- Quantitativos de imigrantes segundo a epigrafia emeritense (Edmondson, 2004).

<sup>3</sup> Agradeço a Vítor Pereira, que está actualmente a preparar tese de doutoramento sobre estes materiais, a oportunidade de observá-los e de atestar esta origem.

A quantificação dos migrantes fornecidos por cada cidade e / ou etnia realizada por Haley (1991: 87) deixa bem clara a importância e a vocação de certas áreas peninsulares neste processo. Com mais de 10 indivíduos, as origens a listar são as seguintes: *Clunia* (47), *Uxama* (32), *Norba* (17), *Augusta Emerita* (20?), *Corduba* (20?), *Tapori* (17), *Limici* (13), *Caesaraugusta* (12) e *Olisipo* (11), o que demonstra como a área extremeña (actual Espanha) e da Beira Interior (actual Portugal) foram fundamentais, bem como *Olisipo*, no litoral atlântico, e *Clunia*, *Uxama* e *Caesaraugusta*, nas bacias do Douro e do Ebro, embora este último vale não deva ter uma relação importante com a área de *Ammaia* e *Emerita*, nem na troca de gentes, nem na de bens, apesar de existir uma via *ab Emerita Caesaraugustam*, na qual a dispersão de bens emeritenses apenas atinge as áreas próximas da capital lusitana (Rodríguez Martín, 2005: fig.11).

Na “via da prata”, em *Capera*, o universo de 124 epígrafes (Gómez-Pantoja, 1999: 96) contém 17,1% de *incolae*. Nestes, a *Ammaia* lidera com 10%, seguida por *Augusta Emerita* (6,7%), *Caesarobriga* (6,1%), *Norba* (5,8%) e *Ebora* (4,8%), valores demonstrativos da forte relação desta área extremeña com o Norte, extensível à metade sul lusitana, na *Ammaia* e em *Ebora*.

A distribuição de clunienses, é claramente direccionada para as áreas extremeña, da Beira Interior portuguesa e da bacia média do Tejo (Haley, 1991: 87).

Na *Ammaia* são famosos os 4 clunienses que lá se instalaram. Também 4 clunienses são conhecidos na *Civitas Igaeditanorum*, onde se constata 21 imigrantes (Gómez-Pantoja, 1999: 103). Ainda outro indivíduo cluniense esteve em *Aritium Vetus* (Casal da Várzea, Alvega) (AE 1984, 470).

IRCP 619	G(aius) DOMI/TIVS / MVSTA / RI F(ilius) CLV(niensis) / NA(norum) XXX / III (trium et triginta) / H(ic) S(itus) E(st) Aqui jaz Gaio Domicio Cluniense, filho de Mustário (?), de trinta e três anos.
IRCP 620	C(aius) LICINIVS / VERVS / MEDVGE / NI F(ilius) CLV(niensis?) / [...] Gaio Licínio Vero, filho de Medúgeno, cluniense
IRCP 629	OPTATA / AELI(i) SC / APVLAE / CLV(niensis) LIB(erta) / H(ic) S(ita) E(st) Aqui jaz Optata, liberta de Élio Escápula, cluniense.
FE 29, nº 134	L[... ]A[... ] / YI[... ] F(ilius, -a) / [... ](?) / [... ](?) [CL]VN(iensis) / NA(orum) XXX (triginta) / H(ic) S(itus, a) E(st) Aqui jaz..., filho(a) de..., cluniense, de trinta anos.

Figura 6.- Imigrantes clunienses segundo a epigrafia ammaiese.

*Quanto aos Tapori*, etnia de um habitante da *Ammaia* (IRCP 636), A. Guerra (1995, p.114) problematiza igualmente a sua distribuição pela *Civitas Igaeditanorum*, Viseu, Vila Nova de Foz Côa, Badajoz, Cáceres, Mérida e mesmo Córdoba, áreas às quais podemos acrescentar, no espaço lusitano, *Ebora* (IRCP 417, *apud* Haley, 1991: 53).

São conhecidos ainda um *norbensis* em Vila Viçosa e outro em *Ebora* (Haley, 1991: 53).

A quantidade elevada de *incolae* nesta área peninsular deve estar na base da criação de possíveis *collegia* de habitantes da mesma origem em *Capera*, constituídos por *vicinii*, imigrantes ou locais.

Assim, em *Capera*, para além de uma *vicinia caperensium* (CIL II, 806), ou seja nascida em *Capera*, uma *vicinia cluniensium* (CIL II, 821) mandou colocar uma epígrafe funerária a um cidadão cluniense, atitude constatada numa outra epígrafe funerária colocada *ex imprensa funeris* por uma *vicinia* (HEp, 2: 224).

Gómez-Pantoja (1999: 95) considera que não se trata de vizinhos, mas antes de agremiações de origem, equivalentes ou semelhantes ao *Sodalicium Bracarorum*, conhecido em *Pax Iulia*. Teoriza um enquadramento em estruturas económicas atestadas na região, nomeadamente as *nundinae*, feiras, para as quais *Capera* era sede (*mercatus, conventus mercatorum*) às quais se poderia associar um possível fluxo Norte-Sul de transumância. Estes mercados periódicos, regionais, têm sido discutidos na bibliografia da Economia Antiga e o seu papel realçado (veja-se, mais recentemente, Lo Cascio, 2000).

Associamos assim, às gentes e aos bens, os mercados, numa tentativa de visualizar este processo histórico complexo.



**Figura 7.-** Principais rotas terrestres de escoamento de produtos emeritenses (c.50-c.150 d.C.) para Norte e Oeste e de fluxos migratórios (Alto-Império), excluindo as rotas para Sul.

## Conclusão

Ao nível comercial fica demonstrado um nascimento incipiente de *Ammaia* em Augusto, e um amadurecimento apenas por volta de meados do século I d.C., quando os níveis elevados de *terra sigillata* sugálica, paredes finas e lucernas emeritenses revelam uma *Ammaia* como cidade plenamente cristalizada, com poder de compra e / ou gente suficiente para se definir como um mercado importante.

Desde logo fica na rota da economia da capital provincial, possível redistribuidora

da *terra sigillata* hispânica de La Rioja (Mayet, 1990), *grosso modo* a partir dos finais do terceiro quartel do século I. Ambas as cidade têm um crescimento urbano paralelo, mas o emeritense parece ser mais veloz e precoce, a partir de Tibério, embora se “finalize” em inícios do século II, apenas (Rodríguez Martín, 2006). Já a *Ammaia* parece ter de esperar pela segunda metade do século II para crescer e monumentalizar-se. Os dados estratigráficos são contudo ainda poucos, à parte das torres este e oeste da Porta Sul, que apontam para uma fundação flávia e trajana, respectivamente.

Entre 50 e 150 d.C. as rotas destes produtos emeritenses, excepto a *terra sigillata* (escassamente presente em *Ammaia*), vão atingir pontos litorais, com destaque provável para *Olisipo*, cuja situação era urgente estudar, mas que podemos deduzir pelos dados de *Scallabis* (Pereira, 2008).

De *Olisipo* deveria partir uma rota marítima que alcança pelo menos *Bracara Augusta* (Morais, 2005).

No interior encontramos o conjunto de dados mais profícuos. Deixámos de lado, neste artigo, a dispersão dos artigos emeritenses para a *Baetica* (Rodríguez Martín, 20005) e mesmo para o Sul da *Lusitania*, outra área que falta investigar.

A “via da prata” está sem dúvida no cerne do trânsito de bens para as cidades de vocação militar do Norte, como Astorga e Leon (Martín Hernandez, 2008; Rodríguez Martín, 2006, Morillo Cerdán, 2000), comércio este que poderia estar intimamente ligado ao do azeite extremenho e bético, transportado em odres, como propõe Morillo Cerdán (2000), embora sem possibilidade de o comprovar.

Outra via de escoamento interior, a Oeste da “via da prata”, utilizou, até à Beira Interior, a estrada que ligava *Emerita* a Viseu, embora as lucernas e as paredes finas não devam ter seguido por esta estrada até *Bracara*. Na Póvoa do Mileu, a investigação em curso de V. Pereira comprova a circulação destes bens.

A epigrafia revela o trânsito e fixação de migrantes da Beira Interior na área extremenha, com *Augusta Emerita* na polarização destas pessoas (Haley, 1991; Edmondson, 2004). A “via da prata” revela fenómenos semelhantes e deve ter servido de eixo de ligação a outras populações migrantes de outras paragens, como *Uxama Argaela* a *Clunia*, cidade esta bem representada por migrantes na “via da prata”, na Beira Interior e mesmo na *Ammaia* (Encarnação, 1984), aglomerado com vocação para actividades extractivas (Guerra, 1995: Plínio, *Historia Natural*), que pode bem ter sido o móbil de uma presença tão meridional de clunienses, no Alto-Império. Neste sentido, a proposta de V. Mantas (2010) para uma promoção conjunta de *Clunia* a *colonia* e de *Ammaia* a *municipium*, no principado de Galba, embora teórica (pois só se conhece a cronologia da promoção de *Clunia*), é pertinente na tentativa de explicar as relações entre as duas cidades, cujos *fora* são semelhantes.

Se a mobilidade de gentes parece prosseguir até à segunda metade do século II, já a transformação deste mundo, na sua vertente comercial, em c.150 d.C., é assunto complexo, talvez para um outro artigo no futuro...

## BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO, J. (1988): *O domínio romano em Portugal*. 2.ª edição. Mem-Martins: Europa-América.
- AQUILUÉ ABADIAS, J.; *et al.* (2005): “Presencia de producciones sigillatas sudgálicas en las excavaciones realizadas en el foro de la ciudad romana de Empúries (L’Escala, Alt Empordà)”. In Nieto, X.; *et al.*, (eds). *La difusió de la terra sigillata sudgàlica al nord d’Hispania*. Barcelona: Museu d’Arqueologia de Catalunya (Monografies; 6), 99-239.
- ARRUDA, A. M.; *et al.* (2008): “Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso”. *Actas do 5º encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*. I (Xelb; 8), 137-168.
- BLAZQUEZ CERRATO, M. C. (1992): *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*. Merida: MNAR (Cuadernos Emeritenses; 5).
- BORGES, S. (2002): “Cidade romana de *Anmaia* – as termas do fórum”. *Ibn Maruan. Revista cultural do concelho de Marvão*; 12, 85-98.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2010): *Terra sigillata hispánica tardia en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del subúrbio norte*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidad de Cádiz. Edição policopiada.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; HUGUET ENGUITA, E. (2008): *Las cerámicas “Tipo Peñaflor”*. In Bernal Casasola, D.; Ribera I Lacomba, A. (eds). *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 297-306.
- CABRAL, M. E. F. (1974-1977): “Lucernas romanas de Alcácer do Sal”. *O Arqueólogo Português*. Série 3, vols. 7 a 9, 347-354.
- CARVALHO, J. (2002): “*Anmaia* e a sua rede viária, algumas propostas de trabalho”. *Ibn Maruan. Revista cultural do concelho de Marvão*. 12, 69-84.
- CARVALHO, P. C. (2006): *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Dissertação de doutoramento na área de História. Coimbra: FLUC. Edição policopiada.
- CASAS I GENOVER, J.; SOLE I FUSTÉ, V. (2006): *Llànies romanes d’Empúries. Materiales augustals i alto-imperials*. Girona: Museu d’ Arqueologia de Catalunya (Monografies Emporitanes; 13).
- CELIS BETRIU, R. (2005a): “Las lucernas”. In Roca Roumens, M.; Fernández García, M. I. (coords). *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga/Asociación Cultural CVDAS (Monográfico nº 1 de CVDAS, revista de Arqueología e Historia), 405-463.
- CELIS BETRIU, R. (2005b): *Las lucernas romanas. Conceptos y principios tipológicos (una aproximación a su definición)*. Trabajo de DEA. Universitat de Barcelona.
- CEPAS PALANCA, A. (1997): *Crisis y continuidad en la Hispania del siglo III*. Madrid: CSIC (*Anejos de AEspA*; 17).
- CERRILLO MARTIN DE CÁCERES, E. (1984): *La vida rural romana en Extremadura*.
- CERRILLO MARTIN DE CÁCERES, E. (2004): “La Via de la Plata en Extremadura. Observaciones históricas y arqueológicas”. In Gorges, J. G.; Cerrillo, E.; Nogales Basarrate, T. (eds). *V mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones. Cáceres: Facultad de Filosofía y Letras*. 7, 8 y 9 de Noviembre de 2002, 177-194.
- EDMONDSON, J. (2004): “Inmigración y sociedad local en *Augusta Emerita*. 25 A.C. – 250 D.C.” In Gorges, J. G.; Cerrillo, E.; Nogales Basarrate, T. (eds). *V mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: las comunicaciones. Cáceres: Facultad de Filosofía y Letras*. 7, 8 y 9 de Noviembre de 2002, 321-368.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1984): *Inscrições romanas do conventus pacensis*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra / Instituto de Arqueologia.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1988): “Estela funerária de Aramenha (Marvão)”. *Ficheiro Epigráfico*, 29, 134.
- ENTY, P.-IV.; MAUNÉ, S. (2006): “Un dépôt de la première moitié du IIe s. dans la villa de St.-Bézard

- (Aspiran, Hérault)". In Maune, S. ; Genin, M. (dirs). *Du Rhône aux Pyrénées: aspects de la vie matérielle en Gaule Narbonnaise (fin Ier s. av. J.-C. – Vie s. ap. J.-C.)*. Montagnac : Éditions Monique Mergoïl, 163-182.
- ETTLINGER, E.; *et al.* (1990-2002): *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GMBH (Materialen zur römisch-germanischen Keramik; Heft 10).
- FERNANDES, L. (2001): "Capitéis romanos de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha – Marvão)". O Arqueólogo Português. Série IV. 19, 95-158.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., ed. (1998): *Terra sigillata hispánica. Estado actual de la investigación*. Universidad de Jaén (Colección Martínez de Mazas. Serie Estudios).
- GÓMEZ-PANTOJA, J. (1999): "Historia de dos ciudades: *Capera* y *Clunia*". In Gorges, J. G.; Rodríguez Martín, F. (eds). *Économie et territoire en Lusitanie romaine. (Collection de la Casa de Velásquez ; 65)*, 91-108.
- GUERRA, A. (1995): *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri
- GUERRA, A. (1996): "*Ammaia, Medobriga* e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiqüários à historiografia actual". *A Cidade*, 11, 7-33.
- HALEY, E. (1991): *Migration and economy in roman imperial Spain*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- JEREZ LINDE, J. M. (2005): *La terra sigillata itálica del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Cuadernos Emeritenses*, 29).
- LO CASCIO, E., ed. (2000): *Mercati permanente e mercati periodici nel mondo romano. Tai degli incontri capresi di storia dell' economia antica (Capri 13-15 ottobre 1997)*. Bari: Edipuglia.
- MANTAS, V. G. (2000): "A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*". In Gorges, J.-G.; Nogales Basarrate, T. (coords). *Sociedad y cultura en Lusitania romana. IV mesa internacional. Mérida (Série Estudos Portugueses; 13)*, 391-420.
- MANTAS, V. G. (2002): "Libertos e escravos na cidade luso-romana de *Ammaia*". *Ibn Maruan. Revista cultural do concelho de Marvão*, 12, 49-68.
- MANTAS, V. G. (2010): "*Ammaia e civitas igaeditanorum*. Dois espaços forenses lusitanos". In Nogales Basarrate, T (ed). *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (*Studia lusitana; 4*), 167-188.
- MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (2008): *León II. Cerámica romana de paredes finas de época júlio-cláudia en el campamento de la Legio VI Victrix en León. Los materiales del Polígono de la Palomera*. Universidad de León (Colección de Arqueología Leonesa, 2 / Série León; 2).
- MAYET (1975): *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion du Bocard / Publication du Centre Pierre Paris (E.R.A.; 552).
- MAYET, F. (1978): Les importations de sigillées à Mérida au Ier siècle de notre ère. *Conimbriga*. Coimbra. 17, 79-100.
- MAYET, F. (1984): *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard. 2 vols.
- MAYET, F. (1990): "Mérida: capitale économique?". In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchie et territoires (table ronde internationale du CNRS, le 8-9 Décembre 1988)*. Paris: CNRS, 207-13.
- MÍNGUEZ MORALES, J. A. (2005): Paredes finas. In Roca Roumens, M.; Fernández García, M. I. (coords). *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga/Asociación Cultural CVDAS (Monográfico nº 1 de CVDAS, revista de Arqueología e Historia), 317-404.
- MORAIS, R. (2005): *Antarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. 2 vols. Braga: U.A.U.M. (Escavações Arqueológicas, 2).
- MORILLO CERDÁN, A. (2000): "Anforas y envases percederos. Nuevas aportaciones sobre la comercialización de aceite bético durante la época romana". *Actas congreso internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Império Romano (Écija y Sevilla, 17 al 20 de Diciembre de 1998)*, III. Ecija, 621-636.



- NIETO, J.; PUIG, A. M. (2001): *Culip IV. La terra sigillata decorada de La Graufesenque*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. (Monografies del Casc; 3; Série Monografica / Centre d'Investigacions de Girona; 9).
- PASSELAC, M.; VERNHET, A. (1993): "Céramique sigillée sud-gauloise". *Latara*, 6, 569-580.
- PEREIRA, C. S. P. (2008): *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, S. (2002): "Dois depósitos monetários encontrados na Porta Sul". *Ibn Maruan. Revista cultural do concelho de Marvão*, 12, 99-134.
- PEREIRA, S. (2005a): "A freguesia da Aramenha sob o domínio romano". In Oliveira, J., coord. – *São Salvador da Aramenha. História e memórias da freguesia*. C. M. Marvão/Ed. Colibri (*Ibn Maruan*; número especial), 35-62.
- PEREIRA, S. (2005b): "Da desagregação do Império ao período visigótico na freguesia de S. S. da Aramenha". In Oliveira, J. (coord). *São Salvador da Aramenha. História e memórias da freguesia*. C. M. Marvão/Ed. Colibri (*Ibn Maruan*; número especial), 63-71.
- PEREIRA, S. (2009): "*A cidade romana de Ammaia. Escavações arqueológicas. 2000-2006*". *Ibn Maruan*: n° especial II. Edições Colibri/C M. Marvão.
- PEREIRA, V. (2006): *Terra sigillata em três locais da Lusitânia : Ammaia, Idanha, Mileu*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Edição policopiada.
- QUARESMA, J. C. (2009): *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- ROCA ROUMENS, M.; FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords). (1999): *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Universidad de Jaén / Universidad de Málaga.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1996): *Materiales de un alfar emeritense*. Paredes finas, lucernas sigillatas y terracotas. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. (*Cuadernos Emeritenses*, 11).
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002): *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid: Secretaria General Técnica (*Monografías Emeritenses*, 7).
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2005): Las lucernas de la villa de Torre Águila (Barbaño, Badajoz). Merida: MNAR (*Cuadernos Emeritenses*, 30).
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2006): La comercialización de productos emeritenses hacia los campamentos astures durante el Alto Imperio. In Morillo Cerdán, A. (ed). *Arqueología militar romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. Universidad de León, 185-204.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993): *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- VERMEULEN, F.; CORSI, C. (s.d.): Elementi per la ricostruzione del paesaggio urbano e suburbano della città romana di Ammaia in Lusitania. Consultável em [http://www.cidexus.uevora.pt/index\\_textos.htm](http://www.cidexus.uevora.pt/index_textos.htm), 13-30.